

Jovens Negros das Periferias Brasileiras e o acesso à Educação Superior

Augustus Marinho Bilac¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão crítica acerca dos impedimentos, enfrentamentos e desafios vivenciados por jovens pretos e pardos, oriundos das periferias brasileiras, no acesso e na permanência nas universidades públicas. A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e exploratória, por meio de pesquisa bibliográfica. As análises desenvolvidas a partir das contribuições teóricas dos autores mobilizados evidenciam a necessidade de problematizar criticamente as desigualdades raciais e socioeconômicas que ainda permeiam os espaços educacionais públicos. Nesse sentido, o estudo orienta-se por questões centrais, tais como: a pobreza e a cor da pele continuam sendo fatores determinantes nos processos de acesso e permanência no ensino superior? Quais ações o poder público tem desenvolvido para enfrentar essas desigualdades e garantir condições efetivas de inclusão e permanência desses jovens nas universidades? Ao dialogar com a literatura especializada, o artigo reafirma a relevância social e educacional da temática, destacando a urgência de políticas públicas comprometidas com a democratização do ensino superior e a promoção da equidade racial.

Palavras-chave: Jovens pretos e pardos; Ensino superior; Universidade pública.

Abstract

This article aims to provide a critical reflection on the obstacles, challenges, and difficulties faced by young Black and Brown people from Brazilian urban peripheries in accessing and remaining in public universities. The methodology is based on a qualitative and exploratory approach, using bibliographic research. The analysis, grounded in the contributions of key authors in the field, highlights the need to critically examine racial and socioeconomic inequalities that continue to shape public educational spaces. In this regard, the study is guided by central questions such as: do poverty and skin color remain determining factors in access to and permanence in higher education? What actions has the government implemented to promote

¹ Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC-Goiás; Graduado em Direito pela Faculdade Anhanguera (1996), Especialista em Direito Constitucional – UFG, 2002, e em Direito Processual Penal, UFG, 2004, Doutorando em Direito Penal pela Universidade de Buenos Aires (UBA) na Cidade de Buenos Aires-AR.

inclusion and ensure the permanence of these young people in universities? By engaging with the relevant literature, the article emphasizes the social and educational relevance of the topic and underscores the urgency of public policies committed to the democratization of higher education and the promotion of racial equity.

Keywords: Black and Brown youth; Higher education; Public university.

Introdução

Uma das características mais marcantes da nação brasileira, no que se refere à sua formação populacional, é a pluralidade cultural, resultante de um processo histórico de colonização marcado pela intensa diversidade étnica. Essa configuração social emerge da interação — frequentemente conflituosa e profundamente desigual — entre povos originários, europeus e populações negras africanas submetidas à condição de escravização, cujos efeitos estruturais permanecem inscritos na organização social brasileira contemporânea.

Apesar de o Brasil possuir a segunda maior população negra do mundo, ficando atrás apenas da Nigéria, o país não logrou superar a discriminação racial. Ao contrário, ao longo de sua trajetória histórica consolidou um quadro persistente de profundas desigualdades entre os grupos étnico-raciais negros e brancos. Tal realidade se expressa, entre outros aspectos, nos baixos índices de desenvolvimento humano e educacional que atingem majoritariamente a população negra, em contraste com as condições historicamente mais favoráveis experimentadas pela população branca.

Conforme assinala Silva (2009, p. 15), “[...] com base em critérios étnicos, indígenas e negros permaneceram em situação de marginalidade e exclusão social, sob diferentes e infundadas razões ou pretextos, todos eles excludentes”. Essa constatação reforça a compreensão de que a exclusão racial no Brasil não se configura como um fenômeno episódico ou circunstancial, mas como um elemento estruturante das relações sociais, profundamente articulado às dinâmicas de poder e às desigualdades históricas.

É nesse contexto que se insere o presente artigo, cujo objetivo é analisar criticamente os processos de acesso e permanência de jovens negros, oriundos

de camadas populares, nas universidades públicas brasileiras, bem como os principais enfrentamentos relacionados ao preconceito, à discriminação e à intolerância vivenciados nesses espaços educacionais.

Segundo Florestan Fernandes (1972), a população negra constituiu historicamente o segmento mais oprimido e explorado da sociedade brasileira, sendo suas lutas por igualdade e emancipação — ainda que frequentemente invisibilizadas ou deslegitimadas — as mais profundas e radicais no enfrentamento das estruturas de dominação social. Embora décadas tenham transcorrido desde tais análises, observa-se que os avanços conquistados permanecem insuficientes para alterar de forma substantiva esse quadro de desigualdade.

Na contemporaneidade, a luta pelo acesso às universidades públicas tem sido protagonizada, sobretudo, por jovens que se autodefinem como pretos e que se reconhecem como representantes legítimos das minorias sociais e dos brasileiros pobres, pretos e mestiços, cujas trajetórias históricas foram marcadas por mais de três séculos de escravização. Esses sujeitos enfrentam não apenas barreiras institucionais de ingresso, mas também os efeitos persistentes da exclusão social, que se manifestam por meio do desemprego estrutural, da precariedade habitacional, da violência urbana e da insuficiência de políticas públicas voltadas ao apoio à formação superior.

Dessa forma, a exclusão social impõe-se de maneira contínua e multifacetada, produzindo diferentes modalidades de vulnerabilidade e desigualdade. Tal cenário evidencia a necessidade de políticas educacionais comprometidas não apenas com a ampliação do acesso ao ensino superior, mas, sobretudo, com a garantia de permanência qualificada e formação em condições de igualdade, possibilitando que jovens negros concluam sua trajetória universitária plenamente preparados para disputar espaços sociais em uma sociedade ainda profundamente marcada por desigualdades raciais e sociais.

Desigualdades educacionais e a população jovem negra

Se a educação não transforma sozinha a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda (Paulo Freire).

As discussões, os debates, as ações afirmativas e a legislação voltados à educação da população negra no Brasil são, ainda, relativamente recentes no âmbito das instituições educacionais e de pesquisa. Mesmo no contexto atual, em que se discute a implementação da Lei nº 10.639/2003 nas práticas pedagógicas, permanecem questões fundamentais que exigem reflexão crítica, tais como: como se deu historicamente o acesso da população negra à escolarização; de que modo o negro chegou à escola; e quais são, na contemporaneidade, os principais enfrentamentos para ingressar e permanecer em uma universidade pública.

Segundo Castel *et al.* (1997, p. 9), as desigualdades econômicas e sociais, infelizmente tão presentes na experiência social da população negra brasileira, estão associadas a vínculos históricos que articulam diferentes segmentos sociais, potencializando tensões e contradições que podem conduzir à ruptura dos laços de integração social. Essas desigualdades constituem, portanto, elementos estruturantes da organização social, relacionados a categorias fundamentais como Estado-nação, cidadania, trabalho, etnia e gênero, indispensáveis para compreender tanto a continuidade quanto as transformações sociais.

É sabido que as reflexões acerca das relações étnico-raciais no Brasil não são recentes; trata-se de um debate antigo, marcado por silenciamentos, ambiguidades e forte carga de controvérsia. Para Cavalleiro (2023, p. 9), essa discussão é não apenas necessária, mas urgente em todos os segmentos da sociedade, sobretudo no campo educacional, pois somente por meio dela é possível vislumbrar a construção de uma educação igualitária, comprometida com o desenvolvimento integral do indivíduo e com a superação das desigualdades historicamente produzidas.

Ratificando essa urgência, a autora adverte que “a despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, pode colaborar para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores” (Cavalleiro apud Souza *et al.*, 2018, p. 142).

Essa constatação evidencia que o silenciamento das relações étnico-raciais no cotidiano escolar não é neutro, mas produz efeitos concretos na constituição identitária das crianças negras, reforçando desigualdades que tendem a se prolongar ao longo de sua trajetória educacional.

A ausência de discussões sistemáticas sobre as relações étnico-raciais no espaço escolar contribui para a reprodução do racismo, do preconceito e da discriminação racial, uma vez que o silêncio diante dessas práticas acaba por

naturalizá-las. Tanto a família quanto a escola, ao evitarem o enfrentamento do tema, colaboram para que crianças negras sejam socializadas para a submissão e para a negação de sua identidade, enquanto crianças brancas são socializadas para a superioridade racial, ainda que de forma implícita. Esse silenciamento compromete a construção de uma educação comprometida com a igualdade e com o respeito à diversidade, produzindo impactos profundos no desenvolvimento emocional e social das crianças negras desde os primeiros anos de escolarização (Cavalleiro, 2012, p. 41–42).

Em síntese, o grande desafio brasileiro no século XXI permanece sendo a consolidação de uma democracia substantiva e efetiva. Isso implica a construção de um modelo democrático que ultrapasse o discurso formal da igualdade jurídica — expresso no artigo 5º da Constituição Federal — e se materialize na garantia concreta da igualdade de oportunidades, especialmente para os grupos historicamente marginalizados.

Entretanto, a conclusão do ensino superior ainda não assegura, por si só, maiores rendimentos ou melhores condições de inserção social para a população preta e parda no Brasil. No campo do empreendedorismo, por exemplo, observa-se que o racismo estrutural impõe barreiras significativas ao acesso de investidores negros a patamares elevados de renda, mesmo quando estes apresentam escolarização compatível ou superior às exigências do mercado.

Conclui-se, portanto, que os espaços de ascensão social destinados aos jovens pretos, pardos e pobres, oriundos das periferias das grandes e médias cidades, permanecem marcados por obstáculos persistentes e complexos. Ainda que possuam formação superior, esses jovens não desfrutam das mesmas oportunidades que pessoas brancas da mesma faixa etária, tampouco têm garantido o retorno financeiro e o reconhecimento social por meio da educação, o que evidencia os limites do sistema educacional como mecanismo isolado de mobilidade social em uma sociedade estruturalmente desigual.

Representação social do negro

O livro *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?*, de Ana Célia da Silva, resulta de sua pesquisa de doutorado em Educação e constitui uma referência fundamental para os estudos sobre relações

étnico-raciais, currículo e materiais didáticos no contexto da educação básica brasileira. A obra investiga criticamente as transformações ocorridas na representação social do negro em livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, sobretudo a partir da década de 1990, articulando análise empírica, fundamentos teóricos e militância intelectual.

A autora parte do pressuposto de que o livro didático não é um instrumento neutro, mas um artefato cultural que veicula valores, ideologias e representações sociais. Com base na teoria das Representações Sociais, formulada por Serge Moscovici, Silva demonstra como os estereótipos, o apagamento simbólico e a desumanização do negro foram historicamente naturalizados nos materiais escolares, contribuindo para a construção de identidades fragilizadas, especialmente entre crianças negras. Nesse sentido, a obra evidencia que a escola, ao reproduzir tais representações, pode atuar tanto como espaço de reprodução das desigualdades quanto como lugar de resistência e transformação social.

O livro didático constitui-se como um importante instrumento de difusão de valores e de representações sociais, não podendo ser compreendido como um material neutro ou meramente pedagógico. Ao contrário, ele expressa concepções ideológicas que, historicamente, contribuíram para a construção de imagens negativas da população negra, reforçando estereótipos, silenciamentos e a negação de sua humanidade e de seu protagonismo histórico. Tais representações, ao serem reiteradas no cotidiano escolar, colaboram para a internalização de identidades fragilizadas por parte das crianças negras e para a naturalização das desigualdades raciais no interior da escola (Silva, 2001, p. 27–28).

Metodologicamente, o estudo analisa textos e ilustrações de livros didáticos utilizados em escolas públicas, comparando materiais das décadas de 1980 e 1990. Os resultados apontam mudanças significativas, como a diminuição de caricaturas explícitas, a presença de personagens negros em contextos menos subalternizados e a ampliação de papéis sociais atribuídos a esses sujeitos. Contudo, a autora ressalta que tais avanços não eliminam completamente as desigualdades simbólicas, uma vez que a presença do negro ainda se dá de forma minoritária e, muitas vezes, desvinculada de sua história, cultura e protagonismo coletivo.

Um dos méritos centrais da obra reside na articulação entre pesquisa acadêmica e prática pedagógica. Ao longo do texto, Ana Célia da Silva enfatiza a necessidade de formação crítica de professores, destacando que a transformação das representações sociais no livro didático só se efetiva quando acompanhada de uma prática docente consciente, capaz de problematizar estereótipos e promover uma educação comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial. Essa perspectiva dialoga diretamente com as diretrizes estabelecidas posteriormente pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Para o campo da educação básica e para publicações voltadas às experiências escolares, como a Revista CEHL, a obra oferece importantes subsídios teóricos e práticos. Ao evidenciar que as representações sociais podem ser transformadas por meio da ação pedagógica e do engajamento político-educacional, o livro reafirma o papel da escola como espaço estratégico na luta contra o racismo e na construção de uma educação democrática, plural e socialmente referenciada.

Considerações finais

O presente artigo analisou os desafios relacionados ao acesso e à permanência de jovens pretos, pardos e oriundos das periferias nas universidades públicas brasileiras, evidenciando que a desigualdade educacional vivenciada por esses sujeitos não se limita ao ingresso no ensino superior, mas se estende ao longo de toda a trajetória escolar e acadêmica. Trata-se de um processo marcado por condicionantes históricos, sociais e simbólicos que continuam a produzir exclusões, mesmo em contextos de ampliação do acesso à educação formal.

As discussões desenvolvidas demonstram que as desigualdades raciais e socioeconômicas repercutem diretamente no cotidiano educacional, manifestando-se por meio de elevados índices de evasão, repetência, violência e dificuldades de pertencimento nos espaços universitários. Nesse sentido, tanto a escola básica quanto a universidade revelam-se como espaços atravessados por tensões sociais mais amplas, que exigem práticas pedagógicas críticas e políticas institucionais comprometidas com a equidade racial e social.

A análise da obra de Ana Célia da Silva reforça essa compreensão ao evidenciar que o livro didático, enquanto artefato cultural, desempenha papel central na construção e na reprodução de representações sociais sobre a população negra. Ainda que avanços tenham sido observados nas últimas décadas, persistem formas sutis de silenciamento, subalternização e apagamento histórico, o que impacta diretamente a constituição identitária de crianças e jovens negros e contribui para a naturalização das desigualdades no ambiente escolar.

Dessa forma, torna-se fundamental fortalecer o diálogo entre políticas educacionais, práticas pedagógicas e ações afirmativas, não apenas ampliando as oportunidades de acesso às universidades públicas, mas garantindo condições concretas de permanência qualificada. Políticas de assistência estudantil, programas de acompanhamento pedagógico, formação crítica de professores e a efetiva implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 configuram-se como estratégias indispensáveis para a construção de trajetórias educacionais mais justas e inclusivas.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das reflexões no campo educacional, especialmente no âmbito das experiências escolares, estimulando educadores, gestores e pesquisadores a repensarem suas práticas e a reconhecerem a educação como espaço privilegiado de enfrentamento das desigualdades raciais e sociais. Somente por meio de um compromisso coletivo com uma educação pública democrática, plural e socialmente referenciada será possível avançar na construção de oportunidades efetivamente iguais para todos os estudantes.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir

- no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- CASTEL, Robert. La désaffiliation: précarité du travail et vulnérabilité relationnelle. In: DONZELOT, Jacques (org.). **Face à l'exclusion: le modèle français**. Paris: Éditions Esprit, 1997.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio da escola**. São Paulo: Contexto, 2023.
- FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.
- _____. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou? *Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011.
- SOUZA, R. M. Gonçalves de; et al. Resenha: Do silêncio do lar ao silêncio escolar. **Revista em favor da igualdade racial**, cidade, v. x, n. x, p. 135–140, 2012.